

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o
texto completo desta tese será
disponibilizado somente a partir de
14/12/2024.





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
RIO CLARO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA FAUSTINO TIETI MENDES

**A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A
CULTURA ESCOLAR DO IFSP-BRT: uma construção
institucional equitativa?**

Rio Claro – SP
2023

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A
CULTURA ESCOLAR DO IFSP-BRT: uma construção
institucional equitativa?**

ANA PAULA FAUSTINO TIETI MENDES

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como exigência final para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Teresa Valdemarin

M538r Mendes, Ana Paula Faustino Tieti
A rede federal de educação profissional e a cultura escolar
do IFSP-BRT : uma construção institucional equitativa? / Ana
Paula Faustino Tieti Mendes. -- Rio Claro, 2023
251 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Vera Teresa Valdemarin

1. Cultura Escolar. 2. Rede Federal. 3. Instituto Federal. 4.
Justiça Escolar. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A CULTURA ESCOLAR DO IFSP BRT: Uma construção institucional equitativa?

AUTORA: ANA PAULA FAUSTINO TIETI MENDES

ORIENTADORA: VERA TERESA VALDEMARIN

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. VERA TERESA VALDEMARIN (Participação Presencial)
Departamento de Ciências da Educação / UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - SP

Profa. Dra. MARILDA DA SILVA (Participação Presencial)
Departamento de Didática / UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - SP

Profa. Dra. LUCIANA MARIA GIOVANNI (Participação Presencial)
Programa de Estudos Pós Graduated em Educação História Política e Sociedade / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. SAMUEL DE SOUZA NETO (Participação Presencial)
Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro / SP

Prof. Dr. DANIEL MASSAYUKI IKUMA (Participação Virtual)
Departamento Coordenadoria Sociopedagógica / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP – Barretos - SP

Rio Claro, 14 de dezembro de 2022



Título alterado para:

A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A CULTURA ESCOLAR DO IFSP-BRT: uma construção institucional equitativa?

DEDICATÓRIA

Dedico ao Demétrius e a Ana Luiza, meus amores, que estiveram comigo do início ao fim.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Vera Teresa Valdemarin, por quem tenho enorme gratidão, respeito e carinho. Saiba que a admiro e fui agraciada quando pude conhecer contigo o Centro de Memória do IFSP. Você simplesmente inspira pesquisa!

À Profa. Dra. Marilda da Silva, que tornava pequena a distância entre Barretos e Rio Claro. A ida às aulas do doutorado era motivada pela sua presença. Como aprendi contigo. Grata.

Ao Prof. Dr. Samuel de Souza Neto, agradeço por aceitar o convite e participar de um momento importante para mim.

À Profa. Dra. Luciana Maria Giovanni, sou muito grata por toda apreciação e dedicação no processo de qualificação.

Ao Prof. Dr. Daniel Massayuki Ikuma, a quem agradeço por aceitar o convite e por compartilhar os desafios diários no IFSP-BRT.

À minha família, por todo amor e incentivo.

Aos colegas e amigos do IFSP-BRT, especialmente, à CSP, CAE, DAE, DGR e ao corpo docente, que possamos ainda construir muitas memórias juntos, na certeza do comprometimento para o melhor da nossa instituição, vida e formação dos nossos discentes.

Aos servidores do “Centro de Memória do IFSP professor Benedito Ananias Silva”, em especial, a Alba Fernanda Oliveira Brito, por toda gentileza e presteza.

A Deus, meu profundo e eterno amor.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é apreender a cultura escolar que se forja no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, câmpus de Barretos (IFSP-BRT), a fim de atender as demandas históricas, sociais e pedagógicas, que ele pretende superar, conforme emanado tanto na documentação de sua criação quanto naquela exarada subsequentemente para orientar seu funcionamento. O arcabouço conceitual sobre cultura escolar permite perceber e descrever os processos pelos quais os agentes produtores de práticas escolares - professores, estudantes e corpo técnico - produzem dispositivos - legislação, normas, currículos - e contribuem para manutenção e regulação do direito educacional. Nosso desenho metodológico está orientado pela pesquisa bibliográfica e documental. Os dados da documentação foram tratados como elementos da cultura escolar, a fim de compreender as tensões nela presentes - latentes ou manifestas em diferentes circunstâncias. Como resultado, sustentamos a hipótese que nos IFs, ao destinar 50% de suas vagas para os cursos na modalidade Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, consolidam um lugar projetado para a formação humana que desloca o destino mediado pela estrita preparação para o mercado de trabalho para o mundo do trabalho. Por um lado, reconhecemos na instituição evidências de um conflito marcado pelo dualismo educacional brasileiro, desde sua fundação como nação. A invisibilidade desta estrutura, possivelmente, mantém-se e se entremeia na cotidianidade da cultura escolar. Por outro, identificamos os princípios de justiça escolar inculcados no teor da criação dos Institutos Federais promovendo esforço para a compreensão das noções que levaram à dualidade educacional na tentativa de superá-las.

Palavras-chave: Cultura Escolar. Rede Federal. Instituto Federal. Justiça Escolar.

ABSTRACT

The general aim of this research is to comprehend school culture that is forged at *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo*, campus of Barretos (IFSP-BRT) in order to support historical, social and pedagogical demands, which it intends to overcome, as emanated both in the documentation of its creation and in that issued subsequently to guide its operation. The conceptual structure about school culture allows us to perceive and describe the processes by which agents that produce school practices – teachers, students and technical staff – produce devices – legislation, rules, curricula – and contribute to maintenance and regulation of educational law. Our methodological design is guided by bibliographic and documental research. Documentation data were treated as elements of school culture, in order to understand tensions present in it – latent or manifest in different circumstances. As a result, we assume hypothesis that in the IF, by allocating 50% of their vacancies to courses in the Integrated Technical Education modality to High School, they consolidate a place designed for human preparation that moving from destination mediated by strict preparation for the job market to the working world. On the one hand, we recognize in the institution some evidence of a conflict marked by Brazilian educational dualism, since its foundation as a nation. The invisibility of this structure, possibly, remains and is interwoven in the daily life of school culture. On the other hand, we identified principles of school justice instilled in the content of the creation of the Federal Institutes, promoting an effort to understand the notions that led to educational duality in an attempt to overcome them.

Keywords: Educational culture. Federal system. Federal Institute. Educational Justice.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Jornal Centro Nobre divulgando a estrutura administrativa da instituição de educação técnica federal de São Paulo – ETFSP

FIGURA 2 – Vista aérea da unidade sede do IFSP-BRT (fase de implantação)

FIGURA 3 – Vista aérea da unidade sede do IFSP-BRT (2015)

FIGURA 4 – Vista aérea da unidade agrícola do IFSP-BRT (2017)

FIGURA 5 – Artefato cultural: o uniforme da rede técnica federal (2013)

FIGURA 6 – Artefato cultural: caneca ecológica

FIGURA 7 – Evolução dos balizadores do IFSP-BRT (2018-2023)

FIGURA 8 – Atendimento aos percentuais estabelecidos na lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e no decreto 5.840 de 13 de julho de 2006 (ano base 2018)

FIGURA 9 – Atendimento aos percentuais estabelecidos na lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e no decreto 5.840 de 13 de julho de 2006 (ano base 2020)

FIGURA 10 – Oferta de curso técnico do IFSP-BRT (ano base 2018)

FIGURA 11 – Oferta de cursos regulares e formação inicial e continuada – FIC (ano base 2018)

FIGURA 12 – Organograma IFSP-BRT

FIGURA 13 – Idades dos discentes: Cursos Integrados (IFSP-BRT)

FIGURA 14 – Relação de matrícula entre sexo e cursos

FIGURA 15 – Relação de matrícula total anual entre sexo no IFSP-BRT

FIGURA 16 – Relação de tipo de escola de origem

FIGURA 17 – Relação de matrícula por município de abrangência

FIGURA 18 – Autodeclaração étnico-racial nos cursos integrados

FIGURA 19 – Fluxograma do registro de ocorrências do IFSP

FIGURA 20 – Tipos relacionados

FIGURA 21 – Registro de Orientação Educacional: IFSP-BRT (2018-2021)

FIGURA 22 – Natureza dos atendimentos de orientação psicológica: maiores incidências

FIGURA 23 – Orientação educacional: quant. de atendimentos registrados (2018-2021)

FIGURA 24 – Projeção de matrículas e número de suspensões (2017-2019)

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Os liceus e os cursos industriais

QUADRO 2 – Divisão por ciclo e tipo de estabelecimento de ensino industrial

QUADRO 3 – Quadro síntese de região de moradia, sexo, idade e situação escolar (1988-1991)

QUADRO 4 – Quadro síntese situação de trabalho do aluno; n° de dependentes da renda familiar

QUADRO 5 – Quadro síntese da origem escolar do 1º grau dos ingressantes no curso regular

QUADRO 6 – Quadro síntese frequência em curso preparatório, motivo de escolha do curso e renda familiar

QUADRO 7 – O legado da rede federal para o instituto federal de educação, ciência e tecnologia de São Paulo

QUADRO 8 – Composição da carreira TAE do IFSP-BRT no período de expansão do IFSP

QUADRO 9 – Composição da carreira docente do IFSP-BRT a partir de 2014

QUADRO 10 – Titulação do corpo docente IFSP-BRT (2014-2015)

QUADRO 11 – Número de discentes matriculados nos cursos técnicos integrados em 06.09.2022

QUADRO 12 – Organização curricular dos cursos do ensino técnico integrado ao ensino médio do IFSP-BRT de acordo com organização didática regida pela resolução n. 859, de 07 de maio de 2013

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Cenário dos cursos em 2013 e projeções conforme os balizadores referentes à lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

TABELA 2 – Cenário de projeção para o ano de 2018

TABELA 3 – Caracterização dos ingressantes por curso do IFSP-BRT (2012-2022)

TABELA 4 – Número de matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar do IFSP-BRT (2012-2017)

TABELA 5 – Renda bruta familiar dos cursos técnicos integrados

TABELA 6 – Caracterização do sistema de ingresso por curso do IFSP-BRT

TABELA 7 – Caracterização étnico-racial do IFSP-BRT (2012-2022)

TABELA 8 – Composição da carga horária referente à estrutura curricular

TABELA 9 – Caracterização dos registros de ocorrências

TABELA 10 – Natureza dos registros de ocorrências de orientação educacional dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

TABELA 11 – Natureza dos registros de ocorrências de condutas disciplinares dos cursos técnicos integrados ao ensino médio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: AS RELAÇÕES CONFLITIVAS E PACÍFICAS DO CAMPO LEGISLATIVO NA CULTURA ESCOLAR	24
1.1 O Brasil Colônia e o Brasil Imperial: o caso do ensino profissional	25
1.2 O Brasil República e o marco inicial da Rede Federal: As Escolas de Aprendizizes e Artífices	38
1.3 O Governo provisório e o Estado Novo: Das Escolas de Aprendizizes e Artífices aos Liceus Profissionais	52
1.4 O fim do Estado Novo e a República Populista Brasileira: Das <i>Escolas Industriais e Técnicas</i> às <i>Escolas Técnicas</i> Federais	65
2. A CULTURA ESCOLAR NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XXI E A NOVA CONFIGURAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL	79
2.1 Os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica instituídos na contracultura do Regime Militar	80
2.2 A expansão dos CEFETs e a nova Gramática Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	98
2.3 O legado da Rede Federal de São Paulo no Centro de Memória	107
3. DO FUNCIONAMENTO INTERNO DO CÂMPUS BARRETOS (IFSP-BRT) COMO PRODUTOR DE UMA CULTURA ESCOLAR ORIGINÁRIA	124
3.1 O IFSP-BRT na construção da memória: A cultura escolar em sua dimensão espacial	125
3.2 O IFSP-BRT e a cultura escolar na dimensão administrativa: os agentes na construção da vida intraescolar	141
3.3 Caracterização dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFSP-BRT	152
3.4 O ingresso e a justiça escolar no IFSP-BRT: análise dos processos seletivos (2012-2022)	167
3.5 A organização curricular nos cursos técnicos integrados do IFSP-BRT: a gestão do tempo na cultura escolar	185
3.6 O IFSP-BRT produzindo memória por meio dos registros de ocorrências: a cultura escolar em sua dimensão social	198
3.6.1 A manifestação comportamental na cultura escolar do IFSP-BRT: análises dos registros de Orientações Educacionais e Condutas Disciplinares...	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	231
FONTES CONSULTADAS	239
REFERÊNCIAS	240
APÊNDICE – Análise das produções por eixos/temáticas	249

INTRODUÇÃO

As discussões históricas sobre o direito à educação e à escola enquanto instituição constituída historicamente pela/para a sociedade sempre foram objeto de inquietação pessoal. Sob uma visão romantizada, acreditava-se que a garantia educacional como direito público subjetivo fosse suficiente para proporcionar aos agentes sociais experiências educacionais que permitissem maior mobilidade social.

Talvez o romantismo residisse na primeira estrutura básica, a familiar. Neta de uma professora de fazenda no interior de Mato Grosso do Sul, pobre e alfabetizadora sem ter completado a escolarização, legou a sua descendência à herança simbolizada e materializada na importância dos estudos. A educação escolar foi a principal estratégia utilizada pela minha família para sobrevivência e mobilidade na luta social.

O tempo e as aproximações das leituras do campo educacional e jurídico permitiram compreender melhor esse processo, na medida em que o espaço social pode ser considerado como um campo que mantém ao mesmo tempo, “força” imposta aos agentes e “lutas” no “interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Esse campo¹ se mostra como espaço estruturado de posições sociais, cuja estrutura não é fixa, pois é produto da história das suas posições constitutivas. Embora não sejam definidas pelos indivíduos que ocupam essas posições, são eles que precisam agir estratégica e socialmente para sua manutenção no mundo social.

A aproximação do campo educacional com o campo jurídico motivou-me a investigar, durante o Mestrado, os princípios que envolvem a justiça escolar e a escola inclusiva². Na dissertação, trabalhamos com a ideia de contrato para gerir as relações sociais, embora sabendo que tal contrato não implica, inequivocamente,

¹ A noção de campo “é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar - ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 2011, p. 27).

² MENDES, A. P.F. T. **Por entre justiça, democracia e diferença**: da escola para todos à educação inclusiva. 2011. 117 f. (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, 2011.

que todos os direitos reconhecidos na legislação sejam viabilizados pelo aparato institucional. O direito à escola para todos é resguardado legalmente, mas não garante sua efetividade no atendimento de todos os grupos sociais.

Assim, pensar na legitimidade do sujeito de direito e como efetivar suas garantias torna-se imprescindível para superar ou, ao menos minimizar as diferenças existentes. “Numa sociedade injusta, ‘neutralidade’ e tratamento igual acabam se convertendo na afirmação não ‘neutra’ dessa desigualdade” (MINOW, 1990; SUNSTEIN, 1990, p. 5). No entanto, se a justiça é interpretada nesse novo contexto como respeito pela diferença, ao mesmo tempo é vista por outros como inseparável de um novo conjunto de valores ligados à excelência, à qualidade, à eficiência, devendo descolar-se o cursor da justiça do polo da igualdade de oportunidades para o polo da equidade e eficiência, segundo a lógica e a moralidade de mercado (ESTEVÃO, 2001, p. 62).

Atualmente, foram intensificadas novas inquietudes sobre as oportunidades educacionais, especialmente, quando comecei a exercer o cargo de pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Câmpus³ Barretos (BRT), mais especificamente, com relação ao Projeto de Políticas Públicas de educação profissional que prevê a garantia do direito educacional para viabilizar o acesso ao ensino profissional de qualidade a todos, conforme consubstanciado nas diretrizes que devem ser operacionalizadas por todos os IFs.

No entanto, ao assumir a função no IFSP-BRT, foi possível compreender a instituição como um campo de luta social que carrega as marcas do tempo (tradição e novo) e espaços (lugares), pois estava diante de uma dimensão organizacional física, administrativa e social (NÓVOA, 1993) distinta de tudo que experienciei na minha trajetória profissional. Intrigou-me entender como este lugar foi construído e marcado pelas condicionantes da cultura escolar.

Assim, a motivação para a presente pesquisa foi buscar compreender a cultura escolar do IFSP-BRT a partir da história das instituições federais de educação profissional, partindo da hipótese que os IFs, ao determinar que 50% das vagas, deve ser constituída pelos cursos do Ensino Técnico Integrado ao Ensino

³ De acordo com o comunicado nº 06/2015/RET, a Reitoria do IFSP resolve: “A partir de cinco de maio de corrente ano, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo passa a adotar a palavra câmpus em documentos e comunicações oficiais, tanto no singular quanto no plural. A utilização de itálico para grafar a palavra está dispensada.” Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/GAB/Comunicado_6_2015_RET_-_Nota_Lexicologica.pdf> Acesso em: 02 fev. 2021.

Médio na Lei de criação (11.892/2008), consolidam um lugar projetado pelos princípios da justiça escolar para a superação da oferta de educação profissional mediada pela formação estrita para o mercado de trabalho aos agentes dominados. Problematisa a formação e concepção educação/ trabalho vinculada, historicamente, pelo dualismo educacional brasileiro.

Desde a gênese das escolas de educação profissional no Brasil, criadas pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores no início do século XX, as cognominadas escolas de Aprendizes e Artífices já tinham por finalidade oferecer ensino profissional gratuito e preparar mão de obra para o mercado como alternativas para famílias pobres, ou seja, os lugares na estrutura social eram estabelecidos pelo Estado.

O dualismo educacional favorecia distintas oportunidades a seus agentes no acesso aos saberes, pois “[...] os ricos proveriam seus estudos por meio do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais” (Ghiraldelli, 2009, p. 65). O mesmo autor destaca a dificuldade do pobre em se manter em escolas propedêuticas e ascender a graus mais elevados nos estudos aduzindo que [...] “teriam de contar com a boa vontade dos ricos para com as caixas escolares” (IDEM, p. 65). Assim, a forma de legitimar a distinção e a dominação de classe estava presente na desigualdade de oferta educacional.

Para compreender esse processo e indicar novas possibilidades de atuação, o estudo, aqui apresentado, adotou a hipótese de que há, na instituição, evidências de um conflito, marcado pelo dualismo educacional brasileiro, desde sua fundação como nação, que é traduzido na forma distinta de oferecer a educação aos seus agentes sociais. Colocaram-se em jogo os princípios da justiça escolar ao operar os dispositivos do ensino técnico/manual para os pobres e do ensino propedêutico/intelectual para os ricos, circunscrevendo-se o campo de luta do ensino profissional.

Essa modalidade de ensino, tanto no campo político legislativo quanto nos aspectos propriamente educacionais (métodos pedagógicos, disciplinas escolares, organização do currículo, formação docente e concepção de formação humana), é resultado de políticas dualistas que carregam implicações difíceis de serem vencidas para a consolidação das instituições federais de educação profissional, tal como se apresentam hoje.

Para descrever e compreender o contexto sociopolítico e educativo do ensino profissional brasileiro, procuramos analisar iniciativas desencadeadas entre 1909 e 2008, período no qual a Rede Federal de Educação foi gestada e se expandiu.

De acordo com os dados do Ministério da Educação⁴ (BRASIL, 2021), de 1909 até 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre os anos de 2003 e 2016, concretizou-se a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, sendo 208 destas unidades criadas no período de quatro anos, entre 2011 a 2014, totalizando hoje 654 câmpus em funcionamento com mais de um milhão de estudantes matriculados e oferta de mais de 10,87 mil cursos profissionalizantes⁵.

A Rede Federal de Educação, atualmente, é formada por 38 Institutos Federais presentes em todos os estados brasileiros, dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica, situada no estado do Paraná. Com a expansão da rede, só no estado de São Paulo, o Instituto Federal (IFSP) possui 37 câmpus.

Em termos jurídicos institucionais, a Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, determina que 50% dos cursos nele oferecidos sejam na modalidade de educação profissional técnica de nível médio, a ser organizada, prioritariamente, na forma de cursos integrados e destinada aos concluintes do ensino fundamental e ao público egresso da educação de jovens e adultos; 20% dos cursos devem ser voltados aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional. Os demais percentuais não são especificados pela normativa, mas destinam-se aos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos na modalidade bacharelado, cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao ensino médio e cursos de pós-graduação.

Tomando essa perspectiva, pode-se considerar que uma cultura educacional específica está presente em todas as ações do cotidiano escolar dessa instituição e influencia seus ritos, sua linguagem, determinada por suas formas de organização e gestão e também pela construção de seus sistemas curriculares. Assim, a cultura escolar é aqui entendida não apenas como um modo de inculcação de certos

⁴ MEC/SETEC – 2021. Dados extraídos no portal do Ministério da Educação. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>, Acesso em: 20 dez. 2021).

⁵ Dados oficiais extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, PNP 2021, ano base 2020.

valores, mas também, como um conjunto de práticas e normas que se expressam em modos de fazer e pensar o cotidiano da escola (VINÃO-FRAGO, 2006).

Ao mesmo tempo em que a organização normativa dos IFs estabelece no interior das instituições uma dinâmica própria, manifestam-se constantes disputas que se entrelaçam nesse campo educativo. A começar pelo espaço físico, que une dois níveis de ensino distintos – Ensino Básico e Superior – o que estabelece convivência e recursos comuns para atendimento de diferentes modalidades; currículos que pretendem estabelecer disciplinas propedêuticas integradas à formação técnica tentando superar a fragmentação imposta por uma forma escolar já consolidada no sistema educacional comum; docentes com diversos percursos acadêmicos no campo científico, que precisam gerenciar sua atuação entre os níveis de ensino numa relação temporal e de conhecimento bem ajustada aos currículos; alunos oriundos de diversos estratos sociais com amplas expectativas impostas pelo mundo do trabalho, que colocam em xeque o desejo científico e/ou técnico emanado da instituição.

Tendo em vista as características institucionais esboçadas, o objetivo geral desta pesquisa é apreender a cultura escolar que se forja no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, câmpus de Barretos a fim de atender as demandas históricas, sociais e pedagógicas que ele pretende superar, conforme emanado tanto na documentação de sua criação quanto naquela exarada subsequentemente para orientar seu funcionamento.

Os problemas de pesquisa que orientaram a investigação sobre essa cultura escolar específica são os seguintes: como são construídas as práticas escolares nesse espaço que pretende unir formações historicamente concebidas como ramos segmentados? Quais são as estratégias organizacionais desencadeadas para esse objetivo? Como são definidas as disciplinas escolares, isto é, o corpo de conhecimentos que visa à formação dos alunos? Quem são os agentes que conformam as práticas dessa instituição? Por meio de quais dispositivos a cultura escolar prescrita na documentação procura se instaurar como prática cultural?

Essas questões permitiram estabelecer respostas para as discussões sobre a possibilidade da formação profissional básica de qualidade instaurar o direito à educação como acesso a todos(as), que confere os princípios da justiça escolar no tocante à permanência e ao prosseguimento dos estudos para os agentes dessa formação.

Considera-se a estrutura do campo social, marcada pela forma como o capital é repartido e dispõe as relações internas de força entre os agentes e as instituições que estão em constante luta pelo monopólio do campo. Podemos dizer, portanto, que o objeto do nosso estudo, nasce e se constrói no movimento histórico regulamentado normativamente pelas políticas governamentais, em diferentes períodos, marcadas pelas tensões e disputas entre os campos – político, legislativo, artístico, educacional e do trabalho – no que se refere à formação humana: preparação para o trabalho x qualificação social; mercado de trabalho x mundo do trabalho; capital econômico x mão de obra qualificada; investimento x gasto público; direito x privilégio; diferença x equidade.

Nos entrelaçamentos relativos à igualdade de oportunidades educacionais e às dificuldades que se apresentam para seu enfrentamento, notadamente, aquelas referentes às práticas escolares foram formuladas as questões de pesquisa desse projeto, supramencionadas. Com o intuito de analisar esses impasses, pretendemos ampliar o conhecimento sobre um conjunto de instituições destinadas a garantir equidade e igualdade qualitativa na educação destinada, principalmente, àqueles que têm na educação profissional seu objetivo maior.

A organização da pesquisa está assentada em três eixos. O primeiro e o segundo eixos estruturam-se pelas categorias temporal e espacial marcadas pela história das instituições federais de educação profissional. Consideram-se o campo político e suas disputas na relação de força estabelecida por antagonismos e complementariedades com outros campos (educacional, artístico, legislativo).

Ao mesmo tempo, tratamos de organizar a revisão da literatura e o aprofundamento da discussão do ensino profissional a partir dos aspectos sociopolítico e educacional por meio de um levantamento bibliográfico dos estudos realizados no Brasil, especialmente de autores da história da educação e filosofia da educação brasileira, sem desconsiderar a história da educação em geral. Esse levantamento nos permitiu identificar os elementos estruturantes que compõem a educação profissional desde o período jesuítico até os dias atuais, percorrendo a linha condutora da formação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Esse eixo também se destinou a compreender os aspectos legislativos que envolvem o campo político e jurídico ora avançando, ora retrocedendo nos esforços pela garantia do direito à educação, especialmente do ensino profissional. Foram mapeadas as normativas legais (leis; decretos; portarias) tratando de reunir e

analisar as tomadas de posição no cenário nacional do destino do ensino profissional. Buscamos construir a cronologia normativa da história das instituições federais de educação profissional, evidenciando os caminhos percorridos na formulação de políticas educacionais para o ensino profissional.

Ao final, procuramos identificar o legado da Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP) e do Centro Federal de Escola Técnica de São Paulo (CEFET-SP) ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), reconhecendo as finalidades que regem a instituição. Trabalhamos com os dados dos arquivos referentes às Escolas Técnicas de São Paulo e do Centro Federal de Escola Técnica de São Paulo, disponibilizadas pelo Centro de Memória do IFSP Prof. Benedito Ananias Silva, localizado no prédio da Reitoria em São Paulo.

O terceiro eixo pretende produzir análises por meio do levantamento de dados do funcionamento interno do Câmpus Barretos⁶ com o intuito de compreender a cultura escolar como categoria de análise para a historicização da escola.

A análise da cultura escolar do IFSP será particularizada com dados específicos do Câmpus Barretos tendo por base os documentos e as diretrizes internas da instituição, a saber: documentos produzidos internamente à instituição IFSP-BRT [Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Políticos Pedagógicos, resoluções, normativas, atas, editais, relatórios dos discentes disponíveis no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), relatórios de gestão, legislações específicas da instituição, Programa de Assistência Estudantil (PAE), políticas de acesso, relatórios extraídos da plataforma Nilo Peçanha].

Essa documentação contém dados que permitem caracterizar os estudantes da instituição, segundo a origem socioeconômica, educacional e profissional. As tensões experimentadas no ambiente institucional serão caracterizadas a partir de registros relativos às ocorrências pelo corpo docente e administrativo. Os documentos de caráter histórico permitiram indicar mudanças no perfil socioeconômico e familiar dos estudantes, bem como em suas práticas estudantis. Os dados coletados e organizados sobre os principais agentes institucionais foram cotejados com os dados normativos a fim de verificar a existência de confluências, incongruências e entraves.

⁶ O IFSP-BRT foi escolhido por ser o segundo com maior número de alunos matriculados no ensino técnico integrado ao ensino médio, estar em atuação há doze anos e ser o único com unidade agrícola no IFSP.

A documentação sobre a organização curricular é correlatada com o conceito de forma escolar e a questão da gestão do tempo a fim de compreender as especificidades formativas pretendidas para os cursos técnicos integrados ao ensino médio apresentadas na documentação oficial do instituto.

Em suma, os dados da documentação são tratados como registros de elementos da cultura escolar a fim de compreender as tensões nela presentes – latentes ou manifestas – em diferentes circunstâncias.

Assim, além da documentação oficial, nossa pesquisa buscou responder a esses questionamentos por meio de análise de caráter qualitativo, que mobilizou procedimentos da pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos, mediante coleta, seleção e análise dos temas e expressões “rede federal de educação profissional”, “direito à educação” e “cultura escolar”. Para tanto, foram realizados levantamentos em bases de dados de pesquisa e bibliotecas virtuais.

Tendo em vista a sustentação historiográfica e conceitual produzida por teóricos acerca da cultura escolar, história da educação e sociologia da educação, destacamos um quadro teórico-metodológico de pensadores e educadores que assumiram a centralidade na discussão da pesquisa com os conceitos de: *campo*, em Pierre Bourdieu; *tempo*, em Rui Canário; *lugares de memória*, em Pierre Nora; *instituições escolares*, em Antônio Nóvoa; *cultura escolar*, em Antônio Viñao Frago, André Chervel e Dominique Julia; *princípios da justiça escolar*, em Rawls, Dubet e Chahay; bem como estudos da Filosofia e História da Educação Brasileira, em Ghiraldelli Júnior, Dermeval Saviani; e educação profissional, em Luiz Antônio Cunha.

Tal perspectiva alia-se, ainda, às técnicas da pesquisa documental, constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Também pode oferecer base útil para outros tipos de estudos qualitativos e possibilita que a criatividade do pesquisador dirija a investigação para enfoques diferenciados.

É importante considerar que, com a expansão da Rede Federal, os institutos federais tornaram-se *locus* privilegiado da pesquisa educacional nos últimos dez anos. Uma pesquisa publicada recentemente pelo grupo de estudos formado por Gaudêncio Frigotto, Bruno Miranda Neves, Eliude Gonçalves Batista e Jordan

Rodrigues dos Santos (2018), intitulada: “O ‘estado da arte’ das pesquisas sobre os IFs no Brasil: a produção discente da pós-graduação – de 2008 a 2014”, revela as principais temáticas abordadas nas produções de teses e dissertações no período analisado, tais como Proeja, formação de professores, desenvolvimento local, currículos e evasão do corpo discente, ratificando que os IFs vêm sendo investigados sob diferentes abordagens e temáticas nas produções científicas.

Realizamos um levantamento de dissertações e teses no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e localizamos 285 produções utilizando três descritores: primeiramente – “Instituto Federal” cruzado com “Cultura Escolar”, das quais obtivemos 92 trabalhos de Mestrados e 19 Doutorados na área da Educação; na sequência, – “Instituto Federal” cruzado com “Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio” e “Cultura Escolar”, das quais captamos 109 mestrados e 29 doutorados na área da Educação e, por fim, “Instituto Federal” cruzado com “Direito à Educação”, logramos 36 trabalhos, 26 Mestrados e 10 doutorados, sendo 33 na área do conhecimento em Educação; dois em Política Social e um em Psicologia. Do total de produções, as pesquisas se cruzam entre as distintas etapas e modalidades que a instituição oferece. Observamos que nessas produções, os IFs foram investigados por meio de diversos eixos e/ou temáticas, conforme descrição sintética no apêndice I.

Constatamos que, de maneira geral, os IFs são estudados em uma larga abrangência, desde análises de tipo microestrutural (sala de aula, grupos/subgrupos de formação, atores e suas práticas em contextos específicos de ação), até aquelas com abrangência macroestruturais (o Estado, os sistemas político e econômico, a macro-organização do sistema escolar, entre outros) (LIMA, 2006).

Em seguida, na identificação das produções acerca da combinação entre direito à educação, educação profissional, políticas educacionais e cultura escolar, realizamos um levantamento bibliográfico a fim de mapear como essa temática tem sido pesquisada no âmbito dos cursos de Mestrado e Doutorado, na área da educação. Utilizamos como ferramenta a busca de dados nas bibliotecas virtuais⁷, periódicos e bancos de teses.

⁷ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), disponível no site: <https://bdtd.ibict.br>; Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>; Brasil Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 21 dez. 2021.

Embora durante esse levantamento tenhamos constatado, inicialmente, muitos trabalhos ligados aos temas “Políticas Educacionais” e/ou “Educação Profissional”, “Direito à educação”, “cultura escolar”, não identificamos estudos que abordassem especificamente o IFSP na perspectiva do direito à educação e da cultura escolar. No tocante às temáticas direito à educação e cultura escolar, no campo da educação, na maioria das vezes, encontramos uma abordagem mais ampla e isolada. Ainda, depreendemos que esses resultados não apontam para essa combinação, principalmente quando alia os campos da ciência jurídica e da sociologia da educação, de modo a inserir dados sobre os agentes no contexto das práticas que realizam.

No levantamento das tendências investigadas, verificamos que o termo “cultura” aparece articulado à cultura organizacional, com sete trabalhos relacionados aos IFs e seis em sentido amplo, sem relação alguma com a instituição. Na mesma linha, segue a temática de cultura escolar, que aparece vinte vezes apresentando nenhuma relação com os Institutos Federais, o que torna esta proposta um campo aberto a ser investigado.

Nesse contexto de pesquisa delineado, a presente proposta busca agregar os elementos da cultura escolar a partir dos documentos internos da instituição, atrelando-os aos documentos historiográficos e normativos, de modo a construir registro de memórias de práticas e saberes de um determinado tempo e espaço.

Para tanto, buscamos na cultura, definida como o conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, agregar as contribuições dos estudos sobre cultura escolar estabelecida em um câmpus da Instituição Federal de ensino que produz ciência e tecnologia como formadora de uma clientela específica em uma época de transição, de transformação, onde o projeto de acesso ao conhecimento parece ainda ser uma busca da efetivação de direito.

Em suma, buscamos compreender como a cultura escolar do IFSP-BRT foi sendo estruturada e atua como formadora de uma clientela/cidadão, processo por meio do qual esses indivíduos pretendem ascender gradualmente ao patrimônio cultural (os conhecimentos, as capacidades técnicas, os valores), que a sociedade na qual estão inseridos conseguiu acumular e se constitui ou não como um direito à educação profissional a todos(as), prescrita a partir dos documentos oficiais a serem analisados, bem como os entraves que se interpõem a esses propósitos. Ao mesmo

tempo, desvelamos os princípios que orientam a educação profissional e as práticas por meio das quais esses princípios se efetivam. Tomamos o arcabouço conceitual sobre cultura escolar como possibilidade para perceber e descrever os processos pelos quais os agentes produtores de práticas escolares – professores, estudantes e corpo técnico – produzem dispositivos – legislação, normas, currículos – e contribuem para manutenção e regulação do direito educacional.

Diante do exposto, esta pesquisa está organizada em três capítulos, a saber: no primeiro, intitulado “A instituição escolar e a Educação Profissional no Brasil: as relações conflitivas e pacíficas do campo legislativo na cultura escolar”, mapeamos, ao longo da história institucional, o início da rede federal entrelaçada pelo viés da cultura escolar incursionada pelos campos educativo e legislativo demarcados pelos períodos de governo. No segundo, denominado “A cultura escolar na transição para o século XXI e a nova configuração do Ensino Profissional”, em que buscamos compreender o período de transição dos Centros Federais de Educação Tecnológica e a criação dos Institutos Federais em Educação, Ciência e Tecnologia problematizada pelo princípio de justiça escolar circunscrita em uma nova gramática escolar, reconhecendo o legado histórico da Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de São Paulo ao projeto do IFSP. Por fim, no terceiro capítulo, “Do Funcionamento Interno do Câmpus Barretos (IFSP-BRT) como produtor de uma cultura escolar originária”, foram analisados os documentos internos da instituição procurando desvelar a estrutura física, administrativa e social que constitui a cultura escolar do IFSP-BRT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), criado em 2008, representa um projeto para a educação profissional no Brasil, que enfrentou grandes dificuldades para ser institucionalizado e, principalmente, disseminado pelo território nacional. Pode-se dizer que, historicamente, esse Instituto Federal se origina com a Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, em 1910, posteriormente, denominado como Liceu Industrial de São Paulo (1937), Escola Industrial de São Paulo, Escola Técnica de São Paulo (1942), Escola Técnica Federal de São Paulo (1966) e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (1999). As diferentes denominações são indicativas das políticas públicas para a educação profissional e das tensões e percalços que marcam sua institucionalização.

Quando iniciei esta investigação, reconhecia no IFSP, câmpus Barretos a existência de um legado centenário da história das instituições federais de educação profissional, mas aquilo que julgava saber pela experiência e construções vivenciadas cotidianamente não era possível compreender fora das relações com o todo. Para isso, revisar esse passado, às vezes imergindo exaustivamente, mapeando o campo educacional e seus entraves no campo legislativo foi um exercício estruturante e necessário como primeiro caminho para depreender o percurso dessa instituição.

As práticas educativas no campo educacional sofreram, ao longo dos séculos com avanços e retrocessos normativos, especialmente, quanto à articulação entre o ensino técnico e o ensino básico. A articulação da educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio na forma integrada regulamentada pelo decreto n. 5.154/2004, consolidaram uma nova fase para educação profissional, assim, a origem dos Institutos Federais, sob a lei n. 11.892/2008, assentiu como objetivo institucional a oferta prioritária dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Quando aproximamos a lupa em relação à problematização centrada em “para quê”, “porquê” e “a quem” serve a formação profissional, pode-se até parecer que encontraremos respostas objetivadas para o destino e finalidade dessa educação. Contudo, a história cultural das instituições federais mostrou a complexidade intrínseca marcada por diferentes exigências de capitais (culturais,

econômicos, simbólicos e sociais) que regulavam a distinção e prestígio social quanto ao projeto de formação do homem.

Aproximar o mundo escolar e o mundo do trabalho numa perspectiva que consolide um ensino que ofereça a todos, iguais possibilidades de desenvolvimento e o acesso à cultura, requer uma política educativa inspirada pelos ideais da justiça escolar. Sob essa perspectiva, seriam possíveis os IFs, enquanto política pública de educação profissional, e não governamental, ser capaz de circunscrever uma instituição equitativa? A equidade é entendida, aqui, no sentido de defender uma justa igualdade de oportunidades que proporcione não somente o acesso, mas a permanência na educação, oportunizando uma distribuição igualitária no acesso ao capital cultural. Acima de tudo, na oferta de um ensino de qualidade que promova a aprendizagem, não somente dos conhecimentos valorizados pela instituição, mas os que preparem para uma formação e participação no mundo.

Ao longo deste estudo, sob a lente da cultura escolar, nos foi permitido conhecer os bastidores e a complexidade do campo de luta que envolvem as concepções simbólicas e materiais que carregam as instituições de Educação Profissional. Para tanto, sustentamos a hipótese de que os IFs ao priorizarem 50% de suas vagas para os cursos do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio consolidam um lugar projetado para a formação humana que desloca o destino mediado pela estrita preparação para o mercado de trabalho, consequentemente, para o mundo do trabalho.

Por um lado, não é possível afirmar que esse projeto foi capaz, ou se será capaz de romper com o dualismo educacional, pelo contrário, reconhecemos como algo estrutural desde a fundação do nosso país. A invisibilidade dessa estrutura possivelmente mantém-se e entremeia na cotidianidade da cultura escolar. Por outro, identificamos os princípios de justiça escolar inculcado no teor da criação dos Institutos Federais promovendo esforço para a compreensão das noções que levaram a dualidade educacional na tentativa de superá-las.

As relações que se estabelecem no processo de ensino e aprendizagem documentado nas resoluções, atas, portarias e projetos que envolvem os cursos técnicos integrados dos Institutos Federais criam um modelo de contrato comprometido com o mundo do trabalho, cujas cláusulas precisam ser claras no quesito das cobranças e suportes pedagógicos. Presume-se tratar de uma instituição que tem o compromisso social com a formação integral de seus agentes,

assim, é preciso conhecer primeiramente sua clientela, mapeando e direcionando as necessidades, potencialidades e fragilidades de seus discentes.

Fomentar o sentimento de pertencimento institucional pode ser um caminho estratégico a ser adotado pela instituição. Vimos que o desafio na cultura escolar do IFSP-BRT não é mais o acesso e ingresso para os alunos do ensino técnico integrado ao ensino médio e sim, sua permanência e envolvimento acadêmico, emocional e social dentro da instituição, que permita construir suas próprias práticas e histórias.

A configuração da carreira docente de Ensino Básico Técnico e Tecnológico dos IFs promove, no âmbito institucional, o desenvolvimento da carreira de docente-pesquisador. Essa identidade atrelada ao ensino na educação profissional técnica de nível médio é singular na história da educação profissional. A construção das práticas escolares que se constituem neste espaço têm buscado unir formações historicamente concebidas com ramos segmentados. Podemos considerar como estratégia para integração do curso técnico com o Ensino Médio o próprio regime de dedicação exclusiva da carreira docente, pois, a utilização da jornada de trabalho configurada no mesmo espaço e tempo, possibilita ao corpo docente uma abordagem colaborativa entre os distintos segmentos, unindo formação diversificada e experiência profissional.

Essa condição pode assentir a promoção de estreitamentos nas ações de planejamento e percurso pedagógico nos cursos do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, visto que oferece ao corpo docente recursos e condições de estabelecerem um projeto de ensino unitário que contemple uma formação integrada para além de preparação para vestibular e inserção laborativa imediata. A abordagem colaborativa vinculada à ação docente e aos conhecimentos colocados a serviço dessa ação pode definir e intencionar a máxima da aprendizagem do discente para uma formação em sentido pleno. São recursos se bem mediados entre pesquisa e prática na vida intraescolar que possibilitam oferecer mecanismos para o enfrentamento da dualidade entre conhecimento científico e prático com vistas à organização e produção de novos saberes e fazeres. Dessa maneira, as formas de comunicação e planejamentos pedagógicos mediados por um corpo docente qualificado, presentes no cotidiano escolar, constituem um aspecto fundamental de sua cultura.

Defendemos também que a configuração das formas de escolarização forjadas nas estruturas físicas, administrativas e sociais dos Institutos Federais contribui para o reconhecimento de uma nova Gramática Escolar, cujo espaço e tempo das ações educativas são unificados pelos mesmos agentes. O princípio de verticalização adotado pelos IFs expressa mudanças em relação à oferta na educação profissional. Enquanto o corpo docente atua simultaneamente no ensino, pesquisa e extensão em cursos de diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, ao corpo discente é proporcionada a verticalização curricular no seu itinerário formativo, permitindo acesso até o último nível da educação escolar.

Com isso, é inegável o valor simbólico tributado na quantidade de horas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio que garantam o acesso à distribuição do conhecimento na educação profissional. Especialmente, quando observamos distintos projetos na história das instituições escolares que priorizavam a manutenção da cultura da classe dominante na estrutura social.

No entanto, a nova forma escolar não dispensa a ingerência da organização curricular confluyente à gestão do tempo, pelo contrário, estabelece possibilidades para o envolvimento da sustentação do tripé institucional (ensino, pesquisa e extensão). A otimização da gestão do tempo não pode perder de vista a finalidade e função social da escola. Contudo, é possível permitir direcionamentos do tempo para o fomento de pesquisa e extensão quando desonera o tempo de ensino, ampliando os paradigmas pedagógicos na relação docente/discente e ensino/aprendizagem que integrem o conhecimento prático e teórico.

Por fim, ao perceber a dinâmica interna do funcionamento do IFSP-BRT tomamos alguns resultados que acreditamos implicar no aprimoramento das práticas na cultura escolar: a) o reconhecimento da importância das práticas de registros institucionais por todos os agentes da vida intraescolar; b) consideramos os registros e arquivos como celeiros de documentos que alargam as possibilidades de novos estudos acerca das práticas escolares, bem como preservação e constituição em lugares de memórias; c) quanto ao procedimento operacional, especificamente dos registros de Orientação Educacional e Condutas Disciplinares, que possa haver melhorias no sistema. Indicamos o aperfeiçoamento das ferramentas no sistema SUAP que ofereçam aos agentes no momento de registro das ocorrências, outro mecanismo que permitam identificar as distintas naturezas das Condutas Disciplinares baseadas no Regulamento Disciplinar Discente. Essa nova

organização permitiria transformar os registros em dados qualitativos para compreender as práticas cotidianas e realizar ações educativas de intervenção e prevenção contribuindo para um ambiente mais harmônico na cultura escolar.

A cotidianidade no espaço interno das práticas escolares revelada nos documentos normativos e nos registros institucionais do IFSP-BRT permitiu reconhecer as tensões latentes que configuram o legado da educação profissional, ao mesmo tempo em que reconhecemos uma organização sendo problematizada pelos princípios da justiça escolar indispensáveis para educação, ciência e tecnologia.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. **Decreto n. 981**. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. In: BRASIL. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/390417/publicacao/15629621>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7247, de 19 de abril de 1879**. Reforma do ensino primário, secundário e superior no município da Corte em todo o Império In: BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário e superior. Obras completas. v. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942, p. 273-303.

BRASIL. **Decreto 1313, de 17 de janeiro de 1891**. Estabelece providencias para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fabricas da Capital Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto de 2 de dezembro de 1837**. Convertendo o Seminário de S. Joaquim Pm collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, com outras disposições. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2015/historia_cp2/collecao_leis_1837_parte2.66-68.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto. 19890 de abril de 1931**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto. 20.158 de 30 de junho de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto. 722 de 30 de janeiro de 1892**. Providencia sobre a criação do Instituto de Educação Profissional e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-722-30-janeiro-1892-522196-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto. 5.532 de 24 de janeiro de 1874**. Cria 10 Escolas públicas de instrução primária, do primeiro grau, no Município da Corte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5532-24-janeiro-1874-550082-publicacaooriginal-65715-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto. 658 de 12 de agosto de 1890**. Dá novo regulamento ao Asilo de Meninos Desvalidos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-658-12-agosto-1890-498989-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto. 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911.** Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911.** Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 21.353, de 3 de maio de 1932.** Aprova o regulamento da Inspeção do Ensino Profissional Técnico. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21353-3-maio-1932-515859-publicacaooriginal-1-/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 49121-B, de 17 de outubro de 1960.** Aprova Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. (SENAI). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 05 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.029, de 26 de julho de 1940.** Aprova o regulamento para a instalação e funcionamento dos cursos profissionais de que cogita o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6029-26-julho-1940-324447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/529136>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del6141.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 9.613, De 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8530.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 2.208, 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Revogado pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%202.208%2C%20DE%2017%20DE%20ABRIL%20DE%201997.&text=Regulamenta%20o%20C2%A7%202%20C2%BA,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.224 de 1º de Outubro de 2004.** Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5224.htm. Acesso em: 17 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9. Acesso em: 06 out. 2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. BRASIL. Diário Oficial da União, Brasília. DF.1990.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). Educação no Brasil: atrasos, conquistas e desafios. 2006**. Acesso em 22 de agosto de 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3062>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 85 de 20 de setembro de 1892**. Estabelece a organização municipal do Distrito Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html> Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 1.192 de 22 de dezembro de 1909**. Cria Institutos Profissionais para menores. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1909/lei-1192-22.12.1909.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 1.184, de 3 de dezembro de 1909**. Cria cinquenta escolas preliminares, noturnas, para crianças e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1909/lei-1184-03.12.1909.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 24.558 de 03 de julho de 1934**. Transforma a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24558-3-julho-1934-515808-norma-pe.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Leis Constitucionais. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 1.076, de 31 de março de 1950**. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 1.821, de 12 de março de 1953**. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1821.htm. Acesso em: 05 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da

Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm. Acesso em: 05 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. **Lei 6.545 de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm#:~:text=LEI%20No%206.545%2C%20DE%2030%20DE%20JUNHO%20DE%201978.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20das,Tecnol%C3%B3gica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 07 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de Janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Plataforma Nilo Peçanha. **Dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. MEC. Brasília. DF. 1993-2003. (versão acrescida).

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Razões, Princípios e Programas. MEC. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Declaração mundial sobre educação para todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990). In: BRASIL. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993. p. 68-81.

BRASIL. **Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro 2013**. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. MEC. Brasília. DF. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file>. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Educação Profissional e Tecnológica. Resolução CNE/CP 1/2021. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de janeiro de 2021, Seção 1, pp. 19-23. MEC. Brasília. DF. 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2022.

IFSP. **Instrução Normativa PRE/IFSP nº 001, de 23 de fevereiro de 2015**. Estabelece orientações para a estruturação da Coordenadoria Sociopedagógica. Documento interno.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013**. Disponível em: <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018**. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/o-que-e-rss/85-assuntos/desenvolvimento-institucional/176-pdi>. Acesso em: 11 nov. 2021.

IFSP. **Portaria nº. 1230, de 11 de abril de 2012**. Organização Didática dos cursos de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio – acordo de cooperação n.º 002/11 – celebrado entre o IFSP e a SEE-SP. Boletim de serviço. 2012. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/dgp/images/boletim_servico/Boletim-Abril-2012.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

IFSP. **Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013**. Diário oficial da união seção 1 - Ministério da educação. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão Nº 253, terça-feira, 31 de dezembro de 2013 ISSN 1677-7042.

IFSP. **Portaria n. 246, de 15 de abril de 2016**. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e

comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=38501-portaria-de-modelos-de-cargos-e-funcoes-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 jun. 2022.

IFSP. **Portaria nº 573, de 18 de junho de 2018.** Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Avançado São Paulo – São Miguel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/PORTARIA_N_577_DE_19_DE_JUNHO_DE_2018_-_ANUP_e_CRUB.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

IFSP. **Portaria nº 3.528 de 2015.** Cria a Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes – CIPEE. Documento interno.

IFSP. **Relatórios de Gestão (2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020).** Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/convenios-e-transferencias/128-acesso-a-informacao/prestacao-de-contas/137-relatorio-de-gestao>. Acesso em: 12 out. 2022.

IFSP. **Resolução n.º 859, de 7 de maio de 2013.** Aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.arq.ifsp.edu.br/apoio-ao-estudante/documentos/501-resolucao-n-859-de-7-de-maio-de-2013>. Acesso em: 20 maio 2022.

IFSP. **Resolução n.º 18/2019, de 14 de maio de 2019.** Referenda a resolução nº 15/2019, de 06 de maio de 2019, com alterações. <https://ifsp.edu.br/acoes-e-programas/66-colegiados/conselho-superior/800-resolucoes-2019>. Acesso em: 18 set. 2022.

IFSP. **Resolução nº 351, de 10 de junho de 2011.** Aprova o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil (PAE). Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2011/resol_351_regulamento-programa-assistencia-estudantil.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

IFSP. **Resolução n.º 871, de 4 de junho de 2013.** Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/regimento-geral-do-ifsp-1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

IFSP. **Resolução nº 135, 04 de novembro de 2014.** Aprova a Normatização dos auxílios da Política de Assistência Estudantil. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2014/Resol_135_Aprova-Politica-de-Assistencia-Estudantil.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

IFSP. **Resolução n.º 85 de 15 de dezembro de 2020 do IFSP.** Delibera no âmbito dos câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção dos resultados aprovação e retenção nos cursos de Educação Básica e cursos Superiores de

Graduação no período em que perdurar o estado de calamidade pública da Covid-19. Disponível em: <https://sor.ifsp.edu.br/index.php/cgp-gestao-de-pessoas/2-artigos/770-resolucao-n-85-2020-de-15-de-dezembro-de-2020>. Acesso em: 26jun. 2022.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos:** Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien. 1990.

UNESCO **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Áreas das necessidades Educativas Especiais. Ministério da Justiça. Brasília, 1994.

FONTES CONSULTADAS

CPDOC. GC, 34.00.00/1. **Arquivo Gustavo Capanema**. As bases de organização do ensino industrial no Brasil. As escolas industriais e as escolas técnicas. Exposição de motivos (2). Rio de Janeiro: Gabinete do MES, 1943. CPDOC.GC. Doc, avulsos. Série I. Folheto n. 1. Doc. 2. Rio de Janeiro. p. 01-503. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 13 maio 2021.

CPDOC. **Arquivo Gustavo Capanema**. Classificação: GC g 1934.00.00/1. Data: 1934 a 1944. Qtd. De documentos: 28 (500 fls.).

CPDOC. JG pr, 1962.07.00. **Arquivo João Goulart**. Anteprojeto das diretrizes para o quinquênio 1963-1967, do Plano Nacional de Desenvolvimento-PND, tratando das bases para a programação dos setores de energia, transportes, comunicações, indústria de bases, educação e setores industriais que atendem as necessidades fundamentais do homem. Julho de 1962. Qtd.de documentos: 1 (162 fls.). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CPDOC. JG pr, JG pr 1963.04.05. **Discurso pronunciado por João Goulart, então presidente da República, no "Centro Acadêmico XI de Agosto"**. 05.04.1963. Qtd.de documentos: 1 (13 fls.). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IFSP. **Normas e procedimentos didático-pedagógicos relativos ao corpo docente**. Acervo do Centro de Memória do IFSP. s/d. Documento interno.

IFSP. **Orientação de estudo**. Acervo do Centro de Memória do IFSP. s/d. Documento interno.

IFSP. **Organização Didática da Escola Técnica Federal de São Paulo** Acervo do Centro de Memória do IFSP. 1996. Documento interno.

IFSP. SALES, Aureliano. **Uma Escola para orientar vocações**. Jornal Centro Nobre. São Paulo, semana 24 a 30 de maio de 1973. Documento interno.

IFSP. **Síntese de dados de caracterização dos alunos no período de 1988 a 1991**. Acervo do Centro de Memória do IFSP, 1991. Documento interno.

IFSP-BRT. **REGISTROS DE OCORRÊNCIAS**. Documento interno. 2018-2021.

IFSP.BRT. **ATAS DE CONSELHOS DE CLASSES 2018-202; 2015-2021**. Documento interno.

IFSP- BRT. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO**, 2012. Documento interno.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; NUNES, Maria Fernanda Rezende; ANDRADE, Eliane Ribeiro; FARAH NETO, Miguel; MUNIZ, Maria Ângela Carvalho de Oliveira; CASTRO, João Paulo Macedo e; LEITE, Ana Maria Alexandre; Gil, Luiz Carlos. **Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas**. In: ABRAMOVAY, Miriam (coord.). Brasília: Unesco; Ministério da Educação, 2004. 124p.

AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 65 (150): 407-25, maio/ago., 1984. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

AZEVEDO, Fernando de. **“Os sistemas escolares”**. In: PEREIRA, Luiz; FORACHHI, Marialice Mencarini. Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. 10. ed. São Paulo, Editora Nacional (Biblioteca Universitária), 1979.

ALVES, Marcio Moreira. **BEABÁ DOS MEC – USAID**. 1º ed. Rio de Janeiro, 1968.
BAIA, Samira Fakhouri e MACHADO, Lucília Regina de Souza. Relações interpessoais na escola e o desenvolvimento local. Interações (Campo Grande) [online]. 2021, v. 22, n. 1 p. 177-193. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v22i1.2355>. Acesso em: 29 out. 2022.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. **Estudos Avançados [online]**. 1989, v. 3, n. 7 p. 170-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000300010>. Acesso em: 10 maio 2021.

BARROSO, João; **Os Liceus. Organização pedagógica e administrativa (1836-1960)**, Op. Cit., p. 208.

BARROSO João. **Cultura, Cultura Escolar, Cultura de Escola**. In: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Revista da UNESP. Volume 1- D26 Unesp/Univesp – 1ª edição. 2012 http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

BARROS, José Costa D’ Assunção. A escola dos annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**. v. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul./dez. 2010.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)**. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil**: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 40-69.

BOURDIEU, Pierre. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Renato Ortiz (org.), São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 15. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 1998, p. 142.

BORDIGNON, L. A permanência das desigualdades de sexo na formação de técnicos de nível médio no Brasil. **Revista Labor**, v. 1, n. 18, p. 16-30, 31 dez. 2017.

CARMO, Erinaldo Ferreira et al. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2014, v. 95, n. 240, p. 304-327. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/FT6FCGd3vqZGgcQNJZMzy7G/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CHAUÍ. Marilena. **BRASIL – Mito Fundador e Sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 4.a impressão, 2001.

CHARTIER, Anne-Marie. **Escola, culturas e saberes**. IN: XAVIER, Libânia Nacif [et al]. Escola, cultura e Saberes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CANÁRIO, Rui. **O que é a Escola? Um “olhar” sociológico**. Editora: Porto Editora. Porto - Portugal, 2005.

CASIMIRO, A.P.B.S. Igreja, Educação e Escravidão no Brasil Colonial. **Politeia. Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v.7, n.1, p. 85-102, 2009.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, 1990, p. 177-229.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Marise Ramos

(org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo. Contexto, 2007.

CORREIA, T. D. B; ALMEIDA, C.C.O.D. Habitação econômica no Brasil: O IDORT e sua revista (1932-1960). **Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do instituto de arquitetura e urbanismo**. IAU- USP, 2013.

CRAHAY, Marcel. **Poderá a escola ser justa e eficaz? Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos**. De Boeck & Lacier, Editions de Boeck Université. Direitos reservados para língua portuguesa Instituto Piaget. Coleção: Horizontes Pedagógicos, sob direção de António Oliveira Cruz, 2000.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2019. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos**. In: Educação e cidadania: questões contemporâneas. Paulo S. C. neves (org.). São Paulo: Cortez, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial – manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. maio/jun./jul./ago., n. 14, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DAY, Christopher. **Desenvolvimento Profissional de Professores. Os desafios da aprendizagem permanente**. Portugal: Editora Porto, 2001.

DEWEY, John. **Educação e Democracia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DELAMOTTE, Eric. **Uma introdução ao pensamento económico na educação**. Paris: PUF, 1998. – 213 p. (Pedagogia de hoje).

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Porque arte-educação?** 22. ed. Campinas: Papirus, 2012.

DUBET, François. **La escuela de las oportunidades**. Qué es una escuela Justa? Barcelona, Espanha: Gedisa Editorial, 2005.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez., 2004.

DUSSEL, I. A montagem da escolarização: discutindo conceitos e modelos para entender a produção histórica da escola moderna. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.

15, n. 28, p. 250-278, 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014250>. Acesso em: 13 out. 2022.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. **Justiça e educação**: a justiça plural e a igualdade complexa na escola. São Paulo: Cortez, 2001.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FONSECA, Sônia Maria. **O “Ensino Profissional” no Brasil Colônia**: a propósito de três planos de estudos e ensino – Nóbrega, Pombal e Lebreton. In: A Educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI. Organizadores Eraldo Leme Batista e Meire Terezinha Müller. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2013.

FONSECA, Celso Sukow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, v. I, 1961.

FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre, Artes Médicas. 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. In: Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Marise Ramos (org.). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GHIRALDELLI Jr, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**: da colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

GOODSON, Ivor F. **O futuro da democracia social e o desenvolvimento de uma nova política de educação**. In: A escola como objeto de estudo: escola, desigualdade, diversidades. Organização José Geraldo Silveira Bueno; Kazumi Munakata; Daniel Ferraz Chiozzini. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

GOODSON, Ivor F. **A Construção Social do Currículo**. (Educa. Currículo: 3). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Lisboa. Tradução de Maria João Carvalho. Biblioteca Nacional. Educa: 1997.

GÓMEZ. Pérez, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barretos/panorama>. Acesso em: 26 set. 2022.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun., 2001.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares. As razões do improvável**. 1. ed., 2. impressão. São Paulo: Editora, Ática, 2004.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova – 1932. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago. 1984.

MANIFESTO mais uma vez convocados. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.205–220, ago2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4922/doc2_22e.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

MANACORDA, M. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARIN, Alda Junqueira. Em busca da compreensão sobre a Escola. In: **A escola como objeto de estudo: escola, desigualdade, diversidades**. José Geraldo Silveira Bueno; Kazumi Munakata; Daniel Ferraz Chiozzini. (org.) 1º ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

MENDES, A. P.F. T. **Por entre justiça, democracia e diferença: da escola para todos à educação inclusiva**. 2011. 117 f. (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, 2011

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, ano 23, v. 2, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 1. reimpressão. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. (EPU), 1976.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História. PUC, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez/ 1993.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Os primeiros tempos: 1948-1971**. Universidade de São Paulo; Escola de Engenharia de São Carlos; São Carlos: EdUFSCar, 2000.

NÓVOA, António. **Para uma análise das instituições escolares**. In: As organizações escolares em análise. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Instituto de Inovação educacional, p. 13-43, 1993.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade [online]**. 2002, v. 23, n. 78, p. 15-35. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>. Acesso em: 04 ago. 2022.

NUNES, Clarice. **Modernidade pedagógica e política educacional: a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (1931-1935).** In Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). MIGUEL, M. E. B; VIDAL, D. G; ARAUJO, J. C. S. (org.). Campinas, SP: Autores Associados. Uberlândia, MG: Edufu, 2011.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Permanências e mudanças.** In: A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI. Eraldo Leme Batista; Meire Terezinha Müller (org.). – Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada.** In: Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 208p. José Luís Petrucelli; Ana Lúcia Saboia (org.). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PACHECO, José Augusto. **Estudos Curriculares.** Para a Compreensão crítica da educação. Porto Editora, 2005.

PACHECO, Eliezer (org). **Perspectivas da educação profissional técnico de nível médio:** propostas de diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. **O ensino superior e as licenciaturas em música: um retrato do habitus conservatorial nos documentos curriculares.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

PEREIRA, Fernando Oliveira. Especificidades do rendimento, aptidão e motivação escolares em alunos com dificuldades de aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional [online].** 2015, v. 19, n. 3, p. 525-536. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193889>>. Epub Sep-Dec 2015. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193889>. Acesso em: 29 out. 2022.

PETRUCCELLI, José Luís. **Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual.** In: José Luís Petrucelli; Ana Lúcia Saboia (org). Características Étnico-raciais da População Classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 208p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

QUEIROZ, GLÓRIA REGINA PESSÔA CAMPELLO. Processos de formação de professores artistas-reflexivos de física. **Educação & Sociedade [online].** 2001, v. 22, n. 74, p. 97-119. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100007>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100007>. Acesso em 08 set. 2021.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Marise Ramos (org.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Versão ampliada de outro intitulado “Concepção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional”. Texto apresentado em Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

RAWLS, John. **Justiça e Democracia**. Tradução de Irene A. Paternot; seleção, apresentação e glossário por Catherine Audard. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. Nova tradução, baseada na edição americana revista pelo autor, Jussara Simões; revisão técnica e da tradução de Álvaro de Vita. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SANTOS, Jailson Alves dos. **A trajetória da educação profissional**. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIAS FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cyntia G. (org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 205-224.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O legado educacional do século XX**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SOUZA, Fátima de. **Lições da Escola Primária**. In: SAVIANI, Dermeval [et al] O legado educacional do século XX. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SOUZA, Fátima de. Cultura Escolar e Currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimentos e práticas escolares. In: XAVIER, Libânia Nacif [et al]. **Escola, Cultura e Saberes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 74-91.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SILVA, Fabiany. C. T. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, v. 28, p. 201-216, 2006.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em Revista [online]**. 2006, n. 28 [Acessado 24 Outubro 2022], pp. 201-216. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200013>. Acesso em: 24 out. 2022.

TYACK, David; CUBAN, Larray. **Tinkering toward Utopia: a century of public school reform**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

TAFNER, Paulo. **Brasil: o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade**. – Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante**. Tempo Social [online]. 1998, v. 10, n. 2, p. 63-100. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701998000200006>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VALDEMARIN, V. **Estudando as lições de coisas. Análise dos Fundamentos Filosóficos do Método de Ensino Intuitivo**. Campinas: Autores Associados, 2004.

VALDEMARIN, V. **O liberalismo Demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, Augustin. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones, **Historia de la Educación**, v. 12. (1993). **Historia de la Educación – Revista Interuniversitaria**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, v. 12-13, p. 17-74, 1993-94. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/10137>. Acesso em: 30 jul. 2022.

VIÑAO, Antonio. **Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradicion y el cambio**. Ediciones Morata, S.L. Madrid, 2006.

VIÑAO, Antonio. Culturas escolares y reformas (sobre la naturaleza histórica de los sistemas e instituciones educativas). **Revista Teias**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 25 pgs., ago. 2007. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23855/16828>. Acesso em: 23 maio 2022.

VIÑAO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez 1995 n.º 0. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_0.pdf.

Acesso em: 10 abr. 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura e Prática escolares. Uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares.** In. Rosa Fátima de Souza; Vera Teresa Valdemarin (org.); A Cultura Escolar em Debate. Questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História.** São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 12 de set. 2022.